



Apresentação do Chade sobre os choques petrolíferos

Ouagadougou, BURKINA FASO de
07 a 09 de Março de 2017

Chade: Um país petrolífero desde 2003



maior produtor mundial de goma-arábica

Choques macroeconómicos

Infelizmente, a queda progressiva do preço do petróleo desde 2014 desestabilizou a nossa economia e provocou um choque de risco exógeno, conjugado aos problemas de segurança nas fronteiras.

As medidas

Estes fenómenos desencadearam no país uma crise económica que obrigou o Governo a adoptar certas medidas para fazer face aos efeitos negativos sobre a economia e as finanças públicas, entre outros aspectos.

Num seminário governamental foram formuladas recomendações que resultaram em 16 medidas, entre as quais :

Em matéria das despesas orçamentais:

- ✓ Reduzir em 50% os subsídios dos funcionários do Estado;
- ✓ Auditoria dos diplomas dos agentes do Estado;
- ✓ Auditoria dos sistema integrado de gestão dos agentes e funcionários do Estado (SIGSAPE) da Direcção do Tesouro;
- ✓ Reduzir o parque automóvel do Estado;
- ✓ Auditoria organizacional dos projectos e programas
- ✓ Restruturação das delegações regionais;
- ✓ Reduzir a dimensão dos organigramas dos ministérios e instituições;

Em matéria de política fiscal, as acções foram:

- ✓ A actualização do Código Geral dos Impostos para melhorar a transparência orçamental e a produtividade;
- ✓ Reforçar o controlo, melhorar a cobrança e a operacionalização do reembolso do IVA e regularizar as operações associadas à últimas;
- ✓ Redução progressiva das isenções fiscais;
- ✓ Recuperação sistemática dos pagamentos fiscais em atraso.
- ✓ Introdução de novas disposições fiscais na Lei das Finanças de 2017 (por exemplo, supressão do imposto de circulação de viaturas ao aumentar o preço dos combustíveis em 50 F CFA por litro de gasolina e gasóleo) ;

Conclusão

Os desafios orçamentais continuam a pesar ao governo, que deve fazer face aos custos elevados de salários, operações, transferências dos investimentos. Os maiores recursos provêm das receitas do petróleo que representam, em média, cerca de 80% das receitas anuais do orçamento do Estado. Actualmente, as receitas não petrolíferas representam apenas 13 % do PIB e nem permitem cobrir a massa salarial. A fraca pressão fiscal, que ronda os 8%, é inferior à norma comunitária, fixada em 18%. Todavia, as recentes medidas de controlo e racionalização da despesa corrente permitiram conter o défice público. Um aumento da taxa de pressão fiscal não petrolífera superior a 9 % consolidaria a reposição das finanças públicas.

Agradeço a vossa amável
atenção.